

RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.825 - RS (2019/0063614-5)

RECORRENTE : UNIÃO

RECORRIDO : KELLY CARRARO FOLETTO

ADVOGADOS : CLAUDEMIR JOÃO HAUCH JÚNIOR E OUTRO(S) -
RS095712

THAIS ROSA DE OLIVEIRA - RS102788

DECISÃO

Kelly Carraro Foletto impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra o Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego do Estado do Rio Grande do Sul, postulando a liberação de parcelas do seguro-desemprego, negada pela autoridade em razão de não ter sido observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para o requerimento estipulado em Resolução do CODEFAT.

A ordem foi concedida (fls. 74-79), decisão mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em grau recursal, nos termos da seguinte ementa (fl. 142):

ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. PRAZO PARA REQUERIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEI Nº 7.998/90. LIBERAÇÃO DO BENEFÍCIO.

1. A limitação do prazo de 120 dias prevista na resolução 467/05 do CODEFAT não encontra amparo legal, uma vez que a Lei 7.998/90 não prevê prazo máximo para o requerimento do benefício em questão.

2. Logo, restando comprovado o direito líquido e certo da impetrante, há que ser mantida a sentença na íntegra.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos somente para fim de prequestionamento (fls. 167-169).

A União interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 1.022, II do CPC/2015, pois a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* se omitiu na apreciação de dispositivos que incidem ao caso e perpassavam as teses por ela sufragadas.

Aponta violação dos arts. 2º e 2º-C, §2º-C, da Lei n. 7.998/90, em razão da previsão neles contida, de regulamentação da questão do prazo por parte do CODEFAT.

Invoca como paradigma, acórdão do STJ no sentido da legalidade do CODEFAT.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 220).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, no tocante à indicada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbram as máculas aqui apontadas, tendo o julgador abordado a controvérsia tal qual colocada pelas partes, em decisão devidamente fundamentada, ainda que de forma contrária ao interesse da ora recorrente o que, por si só, não legitima a oposição de embargos declaratórios e muito menos indicação de afronta ao referido dispositivo, conforme pacífico entendimento jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANOS MORAIS. CURSO TÉCNICO. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. A matéria referente ao julgamento *extra petita*, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

3. As conclusões do acórdão recorrido sobre a inexistência do ato ilícito apto a gerar o dever de indenizar, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1586351/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020)

Quanto ao mais, a controvérsia está centrada no fato de que a legislação de regência, aqui invocada como afrontada, nada disporia acerca do referido prazo para requerimento de seguro-desemprego, no que a Resolução do CODEFAT não poderia fazê-lo.

Nesse aspecto o recurso merece melhor sorte, considerando que sobre o assunto o STJ já firmou entendimento em sentido contrário à fundamentação do acórdão recorrido, conforme se constata do seguinte

precedente:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. SEGURO-DESEMPREGO. PRAZO DE ATÉ 120 DIAS PARA REQUERER. FIXAÇÃO POR MEIO DE RESOLUÇÃO. LEGALIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado contra o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Curitiba, objetivando o reconhecimento de seu direito à percepção do Seguro-desemprego na forma da Lei 7.998/1990.

2. Não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

3. O Tribunal a quo negou provimento à Apelação da ora recorrente, e assim consignou na sua decisão: "não havendo previsão legal de prazo para o requerimento do benefício de seguro-desemprego, a Resolução nº 467/2005-CODEFAT, em seu art. 14, ao estipular o prazo de 120 dias inovou no ordenamento jurídico, o que se mostra permitido apenas à lei, transbordando o seu poder regulamentar, ainda mais em se tratando de um direito previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 7º, II)" (fl. 161, e-STJ).

4. O acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual não ferem o princípio da legalidade as disposições presentes na citada Resolução Codefat, que disciplina o prazo de 120 dias, a partir da rescisão do contrato de trabalho, para requerer o seguro-desemprego.

5. Recurso Especial provido para reconhecer a legalidade da Resolução.

(REsp 1810536/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 11/10/2019)

Nesse mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.843.852/SC, Rel. Gurgel de Faria, DJe 20.03.2020, REsp 1.861.630/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 26.02.2020, REsp 1.850.184/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 26.02.2020.

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, III, do RI/STJ, dou provimento ao recurso especial, declarando a legalidade da referida Portaria CODEFAT e, conseqüentemente, denegando a ordem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator